



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,44% São Paulo	127.690	26/março 4,982	R\$ 1.412				
1% Nova York	127.548	27/março 4,979					
	27/3 28/3 1/4 2/4	28/março 5,015		R\$ 5,447	10,65%	10,66%	
		1/fevereiro 5,059					

AJUSTE DE CONTAS

Divergências entre Haddad e Pacheco

Enquanto ministro propõe pacto após MP sobre reoneração caducar, presidente do Senado defende segurança jurídica

» ANDREA MALCHER
» ALINE BRITO
» FERNANDA STRICKLAND

Diogo Zacarias



O ministro Fernando Haddad disse que foi pego de surpresa pelo fim da reoneração dos municípios, que custará R\$ 10 bilhões ao governo

O impasse entre Executivo e Legislativo e torno da tributação da folha de pagamentos parece estar longe do fim. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a apelar para que os Três Poderes encontrem, juntos, opções que compensem a perda de R\$ 10 bilhões com a desoneração da folha dos pequenos municípios. Ao comentar a decisão do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de deixar caducar o trecho da medida provisória editada em dezembro do ano passado que eleva de 8% para 20% a contribuição de pequenas prefeituras para a Previdência Social, Haddad se queixou por não ter sido consultado e disse que será necessário encontrar fontes de receita para cumprir o orçamento deste ano.

Pacheco, por sua vez, afastou uma crise entre os poderes, mas frisou que sempre foi contra a oneração.

“A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu em 2022. Temos que respeitar o tempo do Congresso, mas temos de nos sensibilizar para o problema. O papel da Fazenda é dar um norte sobre como arrumar [as contas públicas]. Precisamos fixar uma meta e buscar”, declarou Haddad.

Ao ser questionado por jornalistas, o ministro da Fazenda comentou que Pacheco não teria sinalizado a ele a intenção de revogar a proposta de reoneração dos municípios, enviada pelo Poder Executivo no fim do ano passado. Quem o informou foi o ministro das Relações



A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu em 2022*

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

Institucionais, Alexandre Padilha.

Na última segunda-feira, Pacheco decidiu prorrogar por mais 60 dias a Medida Provisória nº 1.202/2023, mas decidiu que o dispositivo específico sobre a reoneração dos municípios será desconsiderado.

Além dos municípios, a MP previa a reoneração de 17 setores da economia que tiveram a desoneração prorrogada por projeto de lei aprovado no fim do ano passado. Outros dispositivos, foram a suspensão do programa de incentivo fiscal ao setor de eventos e o limite das compensações feitas por empresas com crédito tributário.

Em resposta a Haddad,

Pacheco ressaltou que a modificação da medida provisória não vai abalar a relação com o governo. Ele explicou que sua decisão buscou preservar a segurança jurídica. “Queria fazer um importante esclarecimento do nosso bom alinhamento com o governo federal, em especial com o Ministério da Fazenda e com o ministro Fernando Haddad. Isso não abala a relação que estabelecemos e que foi muito proveitosa no ano de 2023”, disse. “Não há nenhum tipo de afronta [ao governo federal], nem de irresponsabilidade fiscal”, disse a jornalista em coletiva de imprensa.

Pacheco argumentou que a manutenção da desoneração dos municípios ocorreu para

preservar a segurança jurídica. “Na iminência da vigência, havia uma obrigação de nossa parte de evitar uma insegurança jurídica manifesta”, disse.

O presidente do Senado esclareceu que, caso a medida fosse mantida, os municípios passariam por um período de três meses com uma alíquota de 8%. Após esse período, haveria 60 dias de vigência da medida provisória com uma alíquota de 20%. Ao fim dos 60 dias, a alíquota voltaria a ser de 8%. “Vamos ter três, quatro modelos distintos tributários por causa da instabilidade gerada por uma medida provisória.”

O líder do governo no Congresso, o senador Randolfe

Rodrigues (Sem Partido - AP), por sua vez, pontuou que o governo vai avaliar a possibilidade de judicializar o debate sobre a desoneração.

O governo defende uma reoneração gradual dos 17 setores da economia, do setor de eventos e a revogação do benefício para os municípios. Após intensa negociação com o Legislativo e outros representantes, a equipe econômica de Lula concordou em manter a desoneração para os setores da economia, mas aumentou a porcentagem para a folha de pagamento das prefeituras.

Randolfe reiterou que a decisão de Pacheco não foi conversada e observou que poderia ter ocorrido um “eventual ruído de comunicação” entre o Legislativo e o Executivo, mas que o governo segue aberto à negociação.

“Ao fim, tem uma conta que precisa ser fechada. O governo está à disposição para debater tudo com todos, sobretudo sobre desoneração da folha, sobre desoneração dos municípios, mas precisamos fechar a conta. O equilíbrio fiscal é responsabilidade de todos os brasileiros, é responsabilidade do Executivo, mas também do Congresso Nacional”, declarou Randolfe.

Diante da divergência, o senador disse que o governo vai avaliar uma possível judicialização para chegar a um acordo sobre a desoneração. “O governo tem instrumentos para debater, inclusive sobre o mérito, e o governo ainda vai avaliar eventual debate jurídico. O governo reconhece as prerrogativas do presidente do Congresso Nacional e o governo vai restabelecer os diálogos, vai continuar conversando. Ao fim, os projetos estão na Câmara e o governo está à disposição para ajustar, debater e melhor adequar”, reiterou Randolfe.

PREÇO ELEVADO

Consumidores reclamam de aumento de combustíveis

» HENRIQUE FREGONASSE*

Eram quase 10 horas da manhã de ontem quando André Sathler chegou ao posto BR do Eixo Monumental, próximo ao BHotel, e teve uma ingrata surpresa: o litro da gasolina estava cerca de 40 centavos mais caro do que da última vez que o servidor público havia abastecido seu carro, em torno de 10 dias antes.

“Eu fiquei realmente surpreso, porque escolhi um posto que eu sei que normalmente é mais barato do que os outros. Quando eu fui chegando, eu li a boleta e vi que estava bem caro. Pensei: ‘Deve ter saído da promoção esse posto’, mas como eu estava com o tanque quase vazio eu acabei abastecendo lá mesmo. Eu não estava esperando, até porque não vi nada na mídia. Realmente, pelo tamanho do aumento, foi algo surpreendente”, contou.

Como André, muitos brasileiros iniciaram a semana sob o impacto do aumento abrupto dos combustíveis, com exceção do diesel, que não sofreu alteração. O litro da gasolina, vendido anteriormente a uma média de R\$5,45, passou para R\$5,99 em todos os postos visitados pelo **Correio**, enquanto o litro do etanol passou de uma média de R\$3,65 para R\$3,99 em quase todos os locais.

O que chama atenção é que esse aumento considerável, iniciado na segunda-feira, aconteceu a despeito da política de preços da Petrobras, que não sofreu nenhum reajuste.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF) criticou a alteração nos preços em seus perfis nas redes sociais. Segundo o parlamentar, em pleno primeiro de abril, os moradores do DF foram surpreendidos com mais

Ed Alves/CB/DA.Press



Motoristas se surpreenderam com aumento no preço dos combustíveis

um aumento do preço do combustível, “sem qualquer justificativa plausível”.

Vigilante — que foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou possíveis crimes relacionados a

combustíveis no DF, em 2004 — solicitou providências para a Coordenação de Repressão aos Crimes Contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e as Fraudes (Corf) da Polícia Civil; à Secretaria Nacional do Consumidor

do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon); e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

“Eu acho que vai ter resultado. O Cade já agiu uma vez, portanto eu espero que reabra o processo e que volte a chamar a Polícia Federal para colaborar nas investigações para que possamos enquadrar eles. Torço para que agilizem uma série de inquéritos que estão abertos, no âmbito da Polícia Civil, de denúncias que eu já fiz”, relatou ao **Correio**.

O deputado definiu os novos aumentos como um “roubo contra a população”. “Se as pessoas têm um ganho sem causa, que não justifica o lucro que estão tendo, é roubo. À medida que eles se apropriam de um aumento absurdo desse, pra mim é roubo”. De acordo com o presidente do Sindicato dos Postos de Combustível do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, a mudança nos preços é um reflexo dos aumentos praticados pelas distribuidoras de combustíveis. “Nós, revendedores,

não compramos combustível da Petrobras, compramos das distribuidoras. E as distribuidoras, na última semana (entre os dias 25 e 31 de março), realizaram dois reajustes”, explicou. O presidente alegou que as recentes quedas no preço do etanol fizeram com que a demanda por esse combustível crescesse muito e resultasse na diminuição dos estoques das distribuidoras, o que, consequentemente, elevou o preço do produto.

“A gasolina também subiu de preço porque um terço dela, 27%, é formado por etanol. Eu gosto muito de comparar com uma receita de bolo. O bolo tem muita farinha de trigo, mas, às vezes, o preço do bolo pode ficar mais caro, não porque a farinha aumentou de preço, mas porque o ovo ou o açúcar aumentaram de preço. Nesse caso, o etanol aumentou de preço e isso repercutiu, obviamente, na gasolina”, argumentou.

*Estagiário sob supervisão de Edla Lula